

Aliança não existe na Constituinte, afirma Maciel

ALEXANDRE POLESÍ
Enviado especial à Brasília

A Aliança Democrática, formada pelo PMDB e PFL, vale para sustentar o governo de transição do presidente José Sarney mas não vale para o Congresso constituinte. Esta é a opinião do chefe do Gabinete Civil da Presidência, Marco Maciel, 46, um dos líderes nacionais do PFL. Na Constituinte, "cada partido está procurando firmar sua identidade" e as divergências serão "naturais", disse Maciel, em seu gabinete no Palácio do Planalto, anteontem à noite.

No momento em que o confronto entre o PMDB e o PFL se tornava cada vez mais agudo, em torno do Regimento Interno do Congresso constituinte, o ministro Marco Maciel invocou as próprias origens da Aliança Democrática para mostrar que ela

tem limites. As 23h de terça-feira, chamou sua secretária e pediu seu exemplar do documento "Compromisso com a Nação", base da Aliança Democrática, para reforçar seu argumento.

Abriu o texto, encadernado em couro cor de vinho, e mostrou o item que se refere à Constituinte. Lá está escrito que os dois partidos comprometeram-se a "convocar a Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, em 1986, e fazer a nova Constituição". Maciel explicou então que o compromisso quanto a esse item já foi resgatado com a instalação do Congresso constituinte. O conteúdo dos debates constitucionais e a atuação dos dois partidos dentro do Congresso constituinte estão fora dos compromissos da Aliança, disse Maciel.

O "Compromisso com a Nação",

escrito em 1984, foi assinado por Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, pelo PMDB, e Aureliano Chaves e Marco Maciel, pelo PFL. Com base nesse documento, o PMDB e a dissidência do PDS que depois transformou-se no PFL selaram o acordo que viabilizou a vitória de Tancredo Neves na eleição presidencial pelo Colégio Eleitoral, em 1985.

Tudo isso, entretanto, não significa que a Aliança Democrática vai acabar, segundo Maciel. Ela deve continuar para "apoiar a transição do regime autoritário para o regime democrático", papel cumprido pelo governo do presidente Sarney. Maciel insistiu novamente em que a Aliança deve sobreviver até a eleição do sucessor de Sarney, isto é, PMDB e PFL deveriam ainda estar juntos apoiando um único candidato à Presidência da República.

O ministro, porém, reconheceu que este objetivo enfrenta "dificuldades" e que muitos parlamentares de seu partido já defendem abertamente até o rompimento com o governo (é o caso, por exemplo, de Thomaz Nonô, de Alagoas, ex-candidato a líder do partido na Câmara dos Deputados). A atuação do PMDB contribui para esse processo, segundo o ministro.

Discretamente, como é seu costume, Maciel formulou uma crítica indireta à atuação do PMDB no Congresso constituinte. "A Constituição não pode ser de uma facção, tem de ser a Constituição da sociedade", disse. Repetiu com esta frase os argumentos de deputados do PFL, de que o PMDB estaria tentando fazer uma Constituição "exclusiva", valendo-se de sua maioria absoluta no Congresso constituinte.

Ulysses quer evitar eleição para vagas de Simon e Arraes

Do Sucursal de Brasília

O presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, 70, encontrou uma forma de evitar a convocação de eleições para o preenchimento dos cargos da direção do partido: está incentivando os governadores eleitos Pedro Simon (RS) e Miguel Arraes (PE) —primeiro e segundo vice-presidentes do PMDB, respectivamente— a pedirem licença dos seus cargos, e não a renúncia.

A intenção de Ulysses seria evitar que, num processo eleitoral interno, sua própria liderança fosse contestada. Atualmente, Ulysses acumula quatro cargos: a presidência do PMDB, do Congresso constituinte, da Câmara e, por tabela, a vice-presidência da República.

Os senadores Mário Covas (SP) e José Richa (PR) se uniram na defesa do afastamento de Ulysses da direção partidária, enquanto ele preside o Congresso constituinte. Ambos afirmam que a data limite para que Ulysses decida afastar-se, através de um pedido de licença, é 15 de março, quando Simon e Arraes assumirão os governos gaúcho e pernambucano, abrindo duas vagas na cúpula peemedebista.

A imprensa, Arraes disse não ter

analisado "detidamente o assunto", embora já tenha afirmado a alguns deputados da bancada peemedebista de Pernambuco que pode vir a pedir licença. Procurado ontem em seu escritório, em Porto Alegre (RS), Simon não quis fazer qualquer comentário.

Entre outras determinações, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos proíbe que um governador de Estado ocupe funções em diretório partidário. Pela interpretação de Ulysses, ao pedirem licença, Arraes e Simon estariam, automaticamente, deixando de exercer atividades no diretório do PMDB. Ele fundamenta sua tese num precedente: em 1985, quando foi convidado por Tancredo Neves para ser ministro dos Transportes, o senador Afonso Camargo, terceiro vice-presidente do PMDB, licenciou-se do cargo. No ano passado, atingido pela reforma ministerial, Camargo retornou ao seu posto.

Caso Simon e Arraes se licenciem, o próprio Camargo assumirá a primeira vice-presidência. A segunda vice-presidência seria ocupada, então, pelo deputado Francisco Pinto (BA), primeiro vogal, e a terceira vice-presidência, pelo deputado Roberto Cardoso Alves (SP), segundo vogal.

Covas diz que não pretende desistir de sua candidatura

O senador Mário Covas (PMDB-SP), candidato à liderança de seu partido no Congresso constituinte, admitiu ontem que terá dificuldades em superar seu concorrente dessa disputa, o deputado federal Luiz Henrique (SC), líder do PMDB na Câmara. Covas disse ontem que seu adversário tem a seu favor alguns trunfos "eleitoralmente pesados", mas que não pensa em renunciar à sua candidatura.

A possibilidade desta renúncia, porém, começou a ser levantada ontem, por algumas lideranças do PMDB, como a melhor forma de evitar uma disputa que desgastaria o partido. "Isso não é torcida, é uma constatação: acho que Covas retirará sua candidatura", disse o deputado Pimenta da Veiga (MG), 39, ex-líder do PMDB na Câmara dos Deputados.

Os obstáculos "pesados" contra a candidatura Covas são os seguintes:

primeiro, o fato de ser paulista, num partido já repleto de paulistas entre suas lideranças mais importantes; segundo o fato de ser senador, o que estimula uma reação "corporativa" dos deputados em favor de Luiz Henrique. E como o PMDB tem 260 deputados contra apenas 45 senadores, a disputa tende para Luiz Henrique.

Há, porém, um terceiro fator. E o discreto mas decisivo apoio do presidente do partido, Ulysses Guimarães, em favor de Luiz Henrique. A escolha de Luiz Henrique —um parlamentar novo e, até recentemente, pouco expressivo— como líder no Congresso constituinte facilitará o controle de Ulysses sobre o partido. Já a vitória de Covas, um dos líderes históricos do partido e o parlamentar mais votado da história política brasileira, traria à liderança do PMDB no Congresso constituinte um peso até hoje inexistente.

PFL fala até em eleição geral após nova Carta

O PFL se retirou do plenário do Congresso constituinte, no início da noite de ontem, disposto a levar adiante o confronto com o PMDB. Os parlamentares reuniram-se no auditório Nereu Ramos, e, em clima inflamado, o deputado Jaime Santana (MA), amigo pessoal do presidente José Sarney, propôs formalmente o rompimento da Aliança Democrática (coligação com o PMDB). Já a deputada Sandra Cavalcanti (RJ) ameaçou apresentar projeto propondo que o Congresso constituinte

declare extintos os mandatos de deputados e senadores e convoque eleições gerais logo após a promulgação da nova Carta.

Um telefonema do presidente Sarney ao líder do partido na Câmara, deputado José Lourenço, pela manhã, foi o respaldo de que o partido precisava para insistir na defesa e na independência do governo em relação ao PMDB. A assessoria direta do Planalto, que na véspera ainda procurava ser discreta, apareceu às claras. O funcionário do Gabinete

Civil Henrique Hargreaves (especialista em funcionamento legislativo) discutiu com as lideranças do PFL.

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), afirmou que o processo de maturação das diferenças entre os dois partidos chegou ao auge e que o PFL não aceitará imposições do PMDB ou do deputado Ulysses Guimarães. Por trás da posição do PMDB e do próprio Ulysses, o PFL vê um golpe ao governo e uma ameaça ao mandato do presidente José Sarney. O secretário-geral do

partido, deputado Saulo Queiroz (MS), chegou a dizer que Ulysses tinha "traído" o seu partido e desmerecido vinte anos de luta pela democracia. A partir de ontem, os pefelistas assumem a disposição de fortalecer cada vez mais o "partido do Sarney". Durante o dia, o ministro Paulo Brossard, da Justiça, procurou os líderes do partido e, embora tenha dito que se tratava de uma visita de cortesia, autorizou "todas as possíveis ilações" sobre o encontro.

Hargreaves já foi assessor de vários líderes

Do Sucursal de Brasília

Henrique Hargreaves, 50, é o funcionário do Palácio do Planalto encarregado de sincronizar as relações entre o Executivo e o Congresso constituinte. Subchefe do Gabinete Civil para Assuntos Parlamentares, Hargreaves (a pronúncia consagrada é "argrives") assessorou quase todos os líderes do governo nos últimos vinte anos. Nos gabinetes por onde passa, costumam ser criadas as fórmulas para defender as posições do governo nas chamadas "batalhas regimentais" das votações mais importantes.

Durante o período em que trabalhou na Câmara, Hargreaves assessorou Pedro Aleixo, Tancredo Neves (rapidamente, em 1962), Rondon Pacheco, Geraldo Freire, José Bonifácio de Andrada, Célio Borja, Cantídio Sampaio, Hugo Mardini e Nelson Marchezan. Para todos eles, Hargreaves prestou o mesmo serviço —imaginar maneiras de garantir o sucesso das posições do governo.

Ninguém se surpreendeu, portanto, quando o senador Marco Maciel, chamado para chefiar o Gabinete Civil do ex-senador José Sarney, convidou Hargreaves —em fevereiro do ano passado— para atuar no Palácio do Planalto. Afinal, como se viu ao longo desta semana, o adversário continua o mesmo —o PMDB. Da mesma forma, outros funcionários-chave do Congresso foram para o Gabinete Civil, como Edith Balassini, funcionária do Senado durante os últimos trinta anos.

Formado em Direito, Economia e Administração, Hargreaves jamais concorreu a um cargo eletivo. No Palácio do Planalto, Hargreaves coordena o trabalho das assessorias parlamentares —os lobistas de cada ministério que acompanham no Congresso os projetos de seu interesse. E ele quem prepara para o presidente Sarney os projetos aprovados no Congresso que são sancionados ou vetados.

Há três semanas, Hargreaves conduziu o veto a um projeto que tinha como autor o próprio Poder Executivo. A Marinha de Guerra pretendia usufruir do Fundo da Marinha Mercante para construção de seus navios. Em posse de um parecer do Ministério dos Transportes, contrariando a proposta, Hargreaves opinou pelo veto. É pela primeira vez, nos últimos 23 anos, um projeto de um ministério militar deixou de ser sancionado.

Em contato permanente com as lideranças de todos os partidos e com as Mesas Diretores do Congresso, Hargreaves despacha diversas vezes por dia com o ministro Marco Maciel.



Murilo Mariz

A deputada Benedita Silva (PT) conversa com Luis Inácio Lula da Silva

PT, PCs e PDT apóiam a proposta do PMDB

Os partidos de esquerda —PT, PC do B, PCB e PDT— uniram-se ontem ao PMDB contra o PFL, parte do PDS e PTB na luta para aprovar a nova redação do substitutivo do Regimento Interno do Congresso constituinte. Esta redação permite ao Congresso constituinte suspender a vigência de artigos da atual Constituição.

O deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) em nome da liderança do seu partido, elogiou a decisão do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, que não cedeu às pressões do PFL, PDS, PTB e do próprio governo contra a "soberania da Constituinte". O acordo entre os partidos de esquerda e o PMDB foi decidido em reunião das 15h30 as 16h —um Ulysses Guimarães.

Deputada petista prevê rebelião das mulheres

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ), 44, ameaçou terça-feira à noite o Congresso constituinte com uma rebelião das mulheres se a próxima Constituição não definir claramente os seus direitos. O discurso da constituinte foi um dos poucos ouvidos em absoluto silêncio pelo plenário e terminou sob aplausos de todas as bancadas.

Benedita subiu à tribuna para protestar contra as emendas que suprimiam a Subcomissão dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, transformando-a em Subcomissão dos Direitos Humanos ou Direitos da Cidadão. "Se não ficar garantida a nossa participação, não seremos obrigadas a cumprir estas leis", afirmou.